

PODER

Defensoria Pública de São Paulo e Conectas recorrem à comissão da OEA com acusações de graves violações de direitos humanos em operações deflagradas no estado

Denúncia contra o Brasil por ações policiais em SP

» IAGO MAC CORD

A Defensoria Pública de São Paulo e a organização Conectas Direitos Humanos denunciaram formalmente o Estado brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). A acusação foi fundamentada em graves violações de direitos humanos ocorridos durante as operações Escudo e Verão, deflagradas na Baixada Santista, em São Paulo, entre julho de 2023 e maio de 2024.

As ações, classificadas pelas entidades como “operações vingança”, resultaram na morte de 84 pessoas em supostos confrontos com a Polícia Militar do estado e mais de dois mil presos. A denúncia, que possui 252 páginas, aponta um padrão de violência estrutural e seletividade racial.

Entre os principais pontos destacados, estão o perfil das vítimas, que eram majoritariamente homens negros, jovens e moradores de periferias. Entre os mortos na Operação Escudo, havia dois adolescentes (15 e 17 anos) e oito pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social.

Ao mesmo tempo, a acusação alega execuções sumárias e tortura. Em 91,6% dos casos dessa mesma operação, os corpos foram retirados do local sob alegação de socorro, o que, segundo a parte denunciante, visava dificultar a perícia.

Além disso, aproximadamente 77,7% dos mortos possuíam histórico criminal, dado que teria sido usado para justificar os assassinatos. Há relatos de que o Ministério Público (MPSP) utilizou até mesmo tatuagens para associar vítimas à criminalidade sem provas técnicas.

As entidades que contataram a OEA afirmam que não houve o uso de câmeras corporais ou que elas foram operadas de forma inadequada — descarregadas ou deixadas nas viaturas — durante as incursões. Destacaram, também, a letalidade policial abusiva elevada, uso abusivo da força, falhas na apuração das ocorrências, invasão de domicílios e intimidações com impacto direto sobre moradores de áreas periféricas.

O MPSP arquivou todas as investigações de casos suspeitos de execução, o que também fez a Defensoria e a Conectas acionarem a CIDH. Na acusação, são mencionadas, ainda, remoções de corpos, ausência de registro adequado da posição de armas apreendidas e retirada de objetos das cenas antes da perícia.

Por conta da denúncia, o Brasil — governo federal e estadual — terá de responder com explicações e mostrar as medidas tomadas para que haja a responsabilização dos policiais envolvidos nos massacres.

Retaliação

As operações foram deflagradas após a morte de agentes do estado, o que reforça a tese de retaliação proposta pelos acusadores. A Operação Escudo, por exemplo, foi iniciada em 27 de julho de 2023, após o assassinato do soldado Patrick Bastos Reis, da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota).

Já a Operação Verão foi deflagrada em fevereiro de 2024, logo em seguida à morte dos PMs Marcelo Augusto da Silva, Samuel Wesley Cosmo e José Silveira Santos.

A denúncia cita, ainda, casos emblemáticos, como o de Hildebrando Neto, de 24 anos, que era cego de um olho e tinha apenas 20% da visão do outro, mas foi morto sob a alegação policial de que teria apontado uma arma contra os policiais. Outro episódio mencionado é o do motoboy Evandro



O governo brasileiro mantém relação respeitosa e construtiva com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, respondendo a todas as demandas recebidas daquele órgão sobre alegadas violações de direitos humanos no Brasil"

Trecho da nota do Itamaraty

Alves da Silva, baleado enquanto estava nu no banheiro.

Ao **Correio**, o Itamaraty afirmou que não recebeu nenhuma notificação da comissão da OEA a respeito do tema. Segundo a pasta, no momento em que o Brasil foi notificado sobre o assunto, “atenderá à solicitação da CIDH”.

“O governo brasileiro mantém relação respeitosa e construtiva com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, respondendo a todas as demandas recebidas daquele órgão sobre alegadas violações de direitos humanos no Brasil”, garantiu.

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) e o MPSP negaram as acusações. A SSP afirma que as operações foram rigorosamente investigadas e resultaram na prisão de mais de dois mil criminosos — entre eles, 826 foragidos —, na apreensão de 119 armas de fogo — incluindo dois fuzis — e mais de 3,6 toneladas de drogas.

“A Polícia Militar atua dentro da legalidade, com base na Constituição e nas leis, e não tolera desvios de conduta de seus agentes. A Secretaria da Segurança Pública investe continuamente na capacitação do efetivo, na atualização de protocolos, no uso de equipamentos de menor potencial ofensivo e no aprimoramento das estruturas investigativas, com foco na redução da letalidade policial. Até o momento, a pasta não foi formalmente notificada sobre a denúncia mencionada”, afirmaram.

O Ministério Público, por sua vez, declara que atuou de forma técnica, analisando imagens e laudos, o que resultou em sete denúncias criminais e no arquivamento de outros inquéritos por falta de provas de irregularidades.

Segundo o órgão, a Defensoria participou ativamente de diversos procedimentos, fazendo pedidos e diligências. O MPSP frisa que todos esses pedidos foram analisados, a investigação foi “participativa” e a vítima permaneceu no centro da apuração.

Além da esfera criminal individual, a instituição diz que também atuou de forma estrutural e coletiva, ao instaurar dois inquéritos civis para investigar falhas relacionadas a direitos humanos e ao expedir uma recomendação técnica à SSP-SP para melhorar os instrumentos de investigação.

“Por fim, reitera-se que todos os casos denunciados são acompanhados atualmente pelos promotores naturais, reiterando o compromisso do Ministério Público paulista com os direitos humanos, com o Estado Democrático de Direito e com as vertentes mais avançadas do efetivo controle concentrado da segurança pública”, acrescenta o MPSP.

Reprodução/Redes Sociais



As operações Escudo e Verão, na Baixada Santista, deixaram 84 mortos em supostos confrontos com a polícia

Pela proteção das mulheres: um compromisso de todos

Mediadoras:

Carmen Souza
editora de Opinião do Correio Braziliense

Sibele Negromonte
subeditora da Revista do Correio

Convidados Confirmados:

Marina Silva
ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Daniela Teixeira
ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Leila do Vôlei
senadora

Fabriziane Zapata
juíza de Direito e coordenadora da Coordenadoria da Mulher do TJDF

Janaína Penalva
professora associada da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB)

Socorro Souza
membro da Coordenação do Laboratório contra o Feminicídio do DF e pesquisadora da Fiocruz

Luciana Santos
ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação

Vera Lúcia
ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Rozana Naves
reitora da Universidade de Brasília (UnB)

Eutália Barbosa
secretária executiva do Ministério das Mulheres

Ana Addobbati
CEO da Livre De Assédio

Victor Valadares
doutorando em Psicologia Clínica e Cultura e integrante do Grupo Saúde Mental e Gênero da UnB

27 • JAN

a partir das 09h

auditório do Correio Braziliense

SIG Qd. 02 Lt. 340

INSCRIÇÕES GRATUITAS

Apoio:

Realização:

Produção: